



Programa de Educação pelo trabalho: moralidades e tecnologias de governo

Rodrigo Azambuja; Prof^ª. Patrice Schuch



por Sylvio Sargelo, "exposição Identidades", TRF4, jun/2014.



por Rodrigo Azambuja, "virando a página", TRF4, ago/2014

Referências:

DUARTE, Sabrina. Linhas de fuga, sujeitos e devires: o olhar dos jovens selecionados pelo sistema socioeducativo. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976. In: Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002, 285-315.

SEGABINAZZI, C. Avaliação do programa de educação pelo trabalho: um olhar crítico, desde a perspectiva dos atores envolvidos. 2012. Monografia (Pós-graduação em Direito da Criança e do Adolescente) – Fundação Escola Superior do Ministério público de Porto Alegre. Porto Alegre.

SILVA, Anita. O programa de Educação pelo Trabalho na vida dos adolescentes infratores. Artigo (Graduação em Psicologia) – Universidade Luterana do Brasil. Canoas, 2012.

Introdução: Há dez anos, o Programa de Educação pelo Trabalho (PET) é realizado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em parceria com a Fundação de Assistência Socioeducativa do RS. Esse programa oferece estágio remunerado aos adolescentes da FASE que cumprem medida socioeducativa em regime de internação com possibilidade de atividade externa. O presente trabalho centra no estudo antropológico das atividades exercidas nos setores do tribunal em que os adolescentes atuam, tendo por orientação servidores da mesma instituição judiciária. Sobre a ótica desses servidores, observou-se as tecnologias de governo e as economias morais envolvidas na prática dos adolescentes.

Objetivos: O objetivo da pesquisa é investigar como os servidores se relacionam com os adolescentes do PET, principalmente os supervisores dos estágios, inserindo-os no interior da instituição. Também, perceber como as práticas de trabalho instruem os adolescentes dentro dos princípios educativos do programa e do ECA, conformando novos saberes, códigos de conduta e moral aos adolescentes.

Práticas Metodológicas: Este estudo etnográfico é baseado na observação participante, como método de coleta de dados, e foi realizado nos setores em que estagiários do PET estiveram vinculados, entre os anos de 2014 e 2015, bem como no Setor de Ações Socioambientais (SETASA) que coordena o mesmo projeto. Através de um roteiro de entrevista semiestruturado e da presença no cotidiano da instituição, dialogou-se com os interlocutores em campo.

Resultados Parciais: A pesquisa exploratória apontou à necessidade de investigar as relações entre o SETASA e os demais setores do tribunal. Identificou-se restrições de alguns setores em receber os estagiários; também, como as negociações acontecem entre os setores e servidores envolvidos. As funções destinadas aos estagiários, dentre as mais recorrentes, são as de *office-boy*, recepcionista e telefonista. Eles passam a ser instruídos pelos próprios servidores e aprendem a partir da observação e prática nas repartições. Recebem, entretanto, uma oficina semanal de leitura e produção textual no SETASA. Ademais, seus cotidianos é entre os demais adolescentes, nos intervalos, e seus respectivos colegas de repartição durante o trabalho educativo. O imaginário do adolescente em medida socioeducativa, comumente, é cercado de preconceito. Em consequência, sugere-se que a reduzida procura pelo programa na instituição se dá, entre outros fatores, por conta disso. Entretanto, quando há a chance de um novo setor receber um dos estagiários, diminui-se o estigma entorno dos adolescentes da FASE e se relativiza, em muitos casos, a imagem de jovem infrator. Portanto, observa-se a importância das lações de afeição criados entre servidor e adolescente, sobretudo na maneira como os servidores conseguem instruir às práticas do judiciário e o comportamento adequado dentro da instituição aos adolescente, para a continuidade do programa.

Projeto: Direitos Humanos, Práticas e Políticas de Auditoria na gestão da Infância e Juventude no Brasil.